

RESUMO - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DIREITO

**FORMALIZAÇÃO JURÍDICA DE PROJETOS DE EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS E PROPOSTAS PARA A REDE ENACTUS NO  
BRASIL**

*Ian Dantas Ribeiro (iandantasrb@ufrj.br)*

*Taimi Haensel (haensel@ufrj.br)*

A Enactus é uma pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, presente em 33 países, que promove o impacto socioambiental por meio de projetos empreendedores desenvolvidos por universitários. No Brasil, está presente em diversos campi universitários e se caracteriza, usualmente, como uma atividade de extensão. Os 'times enactus' consistem em grupos formados por jovens universitários que compartilham uma finalidade em comum, sendo esta filantrópica e coadunável com a noção de empreendedorismo social. No Direito Brasileiro, caracterizam-se como associações. Para implementar os seus projetos, os membros participam de diversas relações jurídicas, como o trabalho direto com uma comunidade externa, a geração de empregos, o desenvolvimento e a comercialização de produtos e a prestação e contratação de serviços. Contudo, apesar de a atuação e de a finalidade da Enactus no Brasil servirem aos valores consagrados na Constituição Federal de 1988, especialmente quanto ao princípio da dignidade da pessoa humana e quanto à ordem econômica fundada na valorização do trabalho e da livre iniciativa, percebe-se que os times enactus enfrentam dificuldades para se formalizarem como pessoa jurídica. A ausência de conhecimento, de suporte profissional especializado, os custos com honorários profissionais e com emolumentos

cartorários podem acabar contribuindo para a informalidade. Como efeitos decorrentes da não obtenção de personalidade jurídica, tem-se a ausência de separação entre o patrimônio do time enactus e dos seus membros, a possibilidade de responsabilização civil pessoal dos seus membros, a incapacidade contratual, a desproteção à propriedade industrial criada, a impossibilidade de concorrer a editais de fomento e de emissão de nota fiscal, dentre outros problemas. O presente trabalho examina a formalização jurídica dos times enactus no Brasil, com base no Código Civil e na legislação esparsa, sob a ótica de uma atividade caracterizada como um instrumento de fomento à ordem econômica e de incentivo à ciência, tecnologia e inovação no Estado brasileiro. O objetivo consiste em propor soluções que permitam a atuação segura desses entes a partir de sua formalização perante o regime jurídico vigente. Elegu-se o método indutivo e o caráter dogmático, com foco na pesquisa bibliográfica e documental. Examinou-se doutrina jurídica (livros, coletâneas, artigos de periódicos), obtida em bibliotecas e em bases de dados online, como a CAF-e e a Social Sciences Research Network, jurisprudência e materiais institucionais e relatórios periódicos, publicados pela Enactus Brasil e pela Enactus Global. Em sede de contribuição, propõe-se uma reflexão preliminar sobre (i) possíveis alterações legislativas no tocante aos emolumentos cartorários, honorários profissionais e prestação de serviços por núcleos de práticas jurídica e contábil nas universidades a fim de viabilizar atividades associativas surgidas de atividades extensionistas; e (ii) a viabilidade da celebração de instrumentos com órgãos profissionais de classe para o atendimento de iniciativas como as dos times Enactus.

Palavras-chave: extensão universitária; empreendedorismo social; enactus; associação; formalização jurídica.